

8.CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS PARRETAS – PISCINA MUNICIPAL DAS PARRETAS:

Da Sr^a. Vereadora Sameiro Araújo, submetendo à apreciação do Executivo Municipal proposta e respetivo contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Braga e a Associação de Moradores das Parretas, Instituição de Solidariedade Social, para utilização no desenvolvimento de atividades que constituam o seu objeto social e de interesse para o Município, da piscina municipal das Parretas, contrato esse que se anexa.

*Relatório
Presidente da Câmara
Executiva
4º e 5º Voto
23 Fev 2016*


PROPOSTA

CONSIDERANDO QUE,

1. São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, como estabelece o artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual,
2. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social e a promoção do desenvolvimento, nos termos do nº 2, do mesmo artigo 23º da cit. Diploma,
3. Um dos problemas com que nos deparamos nas sociedades modernas é a existência de algum egoísmo nas relações sociais que se estabelecem. Assim, as associações de moradores podem ser vistas como um grupo de pessoas, residentes numa determinada área, que se unem numa pessoa jurídica sem fins lucrativos, com vista à resolução, em conjunto, das necessidades dos seus membros, criando, desta forma, um verdadeiro sentido de comunidade.
4. As Associações de moradores se Caracterizam por um sentido de união e de partilha, estas pretendem criar uma verdadeira cooperação entre os seus membros, que procuram melhorar as suas condições de vida, as infraestruturas e do ambiente da área,
5. O trabalho das Associações de Moradores é essencial para o desenvolvimento social e individual dos membros da comunidade que representam, criando condições de entajuda e de discussão das questões que diariamente são vistas como problemáticas inconciliáveis,

Submete-se à apreciação do Executivo a proposta, à qual se anexa contrato de comodato, a celebrar pelo Município de Braga com a Associação de Moradores das Parretas, Instituição de Solidariedade Social supra partidária e Religiosa, com o NIF 513505148, sede na Alameda das Fontes, Urbanização das Parretas, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, do concelho de Braga. Esta associação tem como objetivo a defesa e apoio dos Moradores e a dinamização de atividades de Lazer e culturais, educativas e desportivas.

A Vereadora,

 23/02/16



- MINUTA -

**CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL, A CELEBRAR ENTRE O
MUNICÍPIO DE BRAGA E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS
PARRETAS**

Aos ____ dias do mês de _____ de 2016, no Edifício dos Paços do Município,

ENTRE,

PRIMEIRO OUTORGANTE

O MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público número 506 901 173, com sede no edifício dos Paços do Município, Praça Municipal, 4704 – 514 Braga, representado, nos termos legais, por _____ e que passará em seguida a ser identificado por **COMODANTE**,

E

SEGUNDO OUTORGANTE

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS PARRETAS, pessoa coletiva número _____, com sede em _____, neste ato representada por _____, e que passará em seguida a ser identificado como **COMODATÁRIO**,

CONSIDERANDO QUE,

1. São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, como estabelece o artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual,
2. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social e a promoção do desenvolvimento, nos termos do nº 2, do mesmo artigo 23º da cit. Diploma



3. Um dos problemas com que nos deparamos nas sociedades modernas é a existência de algum egoísmo nas relações sociais que se estabelecem. Assim, as associações de moradores podem ser vistas como um grupo de pessoas, residentes numa determinada área, que se unem numa pessoa jurídica sem fins lucrativos, com vista à resolução, em conjunto, das necessidades dos seus membros, criando, desta forma, um verdadeiro sentido de comunidade.
4. As Associações de moradores se Caracterizam por um sentido de união e de partilha, estas pretendem criar uma verdadeira cooperação entre os seus membros, que procuram melhorar as suas condições de vida, as infraestruturas e do ambiente da área.
5. O trabalho das Associações de Moradores é essencial para o desenvolvimento social e individual dos membros da comunidade que representam, criando condições de entreajuda e de discussão das questões que diariamente são vistas como problemáticas inconciliáveis

Cláusula Primeira (Objeto)

O Município de Braga é dono e legítimo proprietário do prédio urbano, designado por PISCINA MUNICIPAL DAS PARRETAS, na Rua de S. Valério, no Lugar das Parretas, 4700 – 295 freguesia de Real, que se encontra descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 2450-P

Cláusula Segunda (Finalidade)

Pelo presente contrato, o COMODANTE entrega ao COMODATÁRIO e, este aceita, o imóvel descrito na cláusula primeira, a título gratuito, para que este utilize no desenvolvimento de atividades que constituam o seu objeto social e de interesse para o município;



Cláusula Terceira
(Utilização)

O COMODANTE permite que o COMODATÁRIO utilize o imóvel para as finalidades descritas na segunda cláusula, dentro do horário estipulado, das ____ às ____, e este compromete-se a respeitar integralmente as características das instalações atendendo ao fim a que se destinam, não lhe podendo dar outro uso sem expressa autorização do Município de Braga, nem do mesmo fazer qualquer utilização imprudente.



Cláusula Quarta
(Prazo)

O presente contrato de comodato é celebrado pelo prazo de 1 ano, com início na data da sua assinatura, sendo sucessivamente renovável por iguais períodos, salvo se qualquer uma das partes o denuncie, com a antecedência mínima de 120 dias, antes dos termos inicial ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Quinta
(Obrigações do Comodatário)

Na vigência do presente contrato, o COMODATÁRIO obriga-se a:

1. Assumir de forma exclusiva os encargos decorrentes, entre outros, das seguintes despesas:
 - a) Despesas decorrentes da celebração de contratos e consumos de água, electricidade, gás e telecomunicações;
 - b) Despesas necessárias à limpeza e manutenção do imóvel;
 - c) Pagamentos de quaisquer taxas ou tarifas;
 - d) Pagamento de prémios de seguro de incêndio, responsabilidade civil e todos os demais legalmente exigíveis, fazendo prova anualmente do respectivo pagamento, junto da Câmara Municipal.
 - e) Despesas de condomínio, com excepção de obras a realizar nas partes comuns.
2. Não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.
3. Manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança;



4. Remeter anualmente à Câmara Municipal de Braga, junto da Divisão de Desporto e Juventude, um relatório da atividade desenvolvida, até ao mês de março do ano civil seguinte ao que respeita.

Cláusula Sexta
(Compromisso)

Pelo presente contrato de comodato, o COMODATÁRIO vincula-se a promover a plena utilização do equipamento, dando uso continuado e ininterrupto ao fim a que se destina o presente comodato.

Cláusula Sétima
(Benfeitorias)

Quaisquer obras que o COMODATÁRIO pretenda realizar no imóvel comodatado assim como na zona envolvente, necessitam de prévia autorização escrita do COMODANTE, ficando todas as benfeitorias realizadas, sujeitas ao regime previsto no n.º1 do artigo 1138.º do Código Civil.

Cláusula Oitava
(Resolução)

1. O presente contrato poderá ser resolvido a qualquer momento pelo COMODANTE, caso o COMODATÁRIO não cumpra alguma das obrigações a que fica adstrito nos termos do presente contrato e demais resultantes do artigo 1135.º do Código Civil.
2. O COMODANTE poderá resolver de imediato o presente contrato caso o COMODATÁRIO não dê cumprimento ao definido na cláusula sexta por um período continuado de 30 dias.



Cláusula Nona

(Norma de devolução ou entrega)

Cessando a vigência do presente contrato, o COMODATÁRIO entregará ao COMODANTE o imóvel, no mesmo estado de conservação e funcionamento em que lhe foi entregue, salvo as deteriorações inerentes a uma prudente utilização do mesmo.

Cláusula Décima

(Do Seguro relativo à utilização)

Cláusula Décima Primeira

(Normas Subsidiárias)

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes dos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Cláusula Décima Segunda

(Foro)

O Tribunal Judicial da Comarca de Braga será competente para conhecer de todas as questões e litígios emergentes do presente contrato.

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

O presente contrato foi aprovado em reunião de Câmara realizada em ____ de ____ de _____, cuja deliberação se arquiva.



Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.